

Principais medidas de política econômica

POLÍTICA MONETÁRIA

**Resolução nº 3.188, de 29.03.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 61, de 30.03.04)**

Autoriza os bancos cooperativos — bancos comerciais ou bancos múltiplos cujo controle acionário pertença a cooperativas centrais de crédito — a captarem depósitos de poupança rural, estabelecendo que o cumprimento da exigibilidade de aplicações em crédito rural se dê após completados seis meses de captação de depósitos de poupança rural. Os bancos cooperativos reúnem características que justificam a autorização ora concedida, por não integrarem o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e terem forte atuação no setor rural. De acordo com a proposta, a contratação de correspondentes por bancos cooperativos para captação de poupança real fica limitada às cooperativas de crédito rural e às de livre admissão de associados.

**Circular nº 3.206, de 25.09.03, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 188, de 26.09.03)**

Permite às instituições financeiras contratarem operações de depósitos a prazo com mais de uma base de remuneração ou índice de preço. O normativo altera a Circular nº 2.905, de 30 de junho de 1999, que, em seu artigo 5º, inciso I, veda, em relação às operações ativas e passivas realizadas no mercado financeiro, a previsão contratual de mais de uma base de remuneração ou índice de preço, exceto na hipótese de extinção da base ou do índice pactuado.

POLÍTICA FISCAL

Decreto nº 4.955, de 15.01.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 11, de 16.01.04)

Altera a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os produtos destinados ao armazenamento de grãos e dá outras providências.

Medida Provisória nº 164, de 29.01.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 20-A, de 29.01.04)

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e sobre a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

Decreto nº 4.988, de 17.02.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 33, de 16.02.04)

Aprova o Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais para 2004 e dá outras providências.

Decreto nº 5.027, de 31.03.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 63, de 01.04.04)

Altera o Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre as programações orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2004 e dá outras providências.

Medida Provisória nº 179, de 1º.04.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 64, de 02.04.04)

Altera os artigos 8º e 16º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de

Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), isentando desse tributo as Contas-Investimento e dá outras providências.

**Decreto nº 5.062, de 30.04.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 82, de 30.04.04)**

Fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas do PIS/PASEP e da Cofins de que tratam os artigos 51 e 52 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**Lei nº 10.865/04, de 30.04.04, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União nº 83, de 03.05.04)**

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

**Lei nº 10.866, de 04.05.04, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União nº 85, de 05.05.04)**

Acresce os artigos 1º A e 1º B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e dá outras providências.

**Decreto nº 5.101, de 08.06.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 110, de 09.06.04)**

Dá nova redação ao artigo 2º do Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) aprovado pelo Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998.

INDÚSTRIA

Resolução nº 3.164, de 20.01.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 14, de 21.01.04)

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a financiar, nas condições que estabelece, a aquisição de caminhões, caminhões-tratores, reboques, semi-reboques, chassis e carrocerias, novos e usados por período não superior a sete anos.

Decreto nº 42.869, de 04.02.04, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Diário Oficial do Estado nº 24, de 05.02.04)

Altera o Decreto nº 37.800, de 22 de setembro de 1997, que regulamenta o Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul (Fomentar-RS).

Resolução nº 3.182, de 29.03.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 62, de 31.03.04)

Dispõe sobre o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Os recursos a serem aplicados em operações desse programa passaram do limite de R\$ 2.000.000.000,00 para 2.250.000.000,00 até 30 de junho de 2004.

Resolução nº 3.186, de 29.03.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 62, de 31.03.04)

Autoriza o BNDES a financiar, nas condições que estabelece, a aquisição de caminhões, caminhões-tratores, reboques, semi-reboques, chassis e carrocerias, novos e usados com até sete anos. Revoga a Resolução nº 3.164, de 20 de janeiro de 2004, adicionando a obrigatoriedade de o BNDES elaborar relatórios trimestrais sobre as aplicações realizadas no âmbito do Programa.

**Resolução nº 16, de 11.06.04, da Câmara de Comércio Exterior
(Diário Oficial da União nº 119, de 23.06.04)**

Altera para 2%, até 30 de junho de 2006, as alíquotas "ad valorem" do Imposto de Importação incidentes sobre alguns bens de capital, bens de informática e telecomunicações, na condição de ex-tarifários.

**Resolução nº 3.215, de 30.06.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 127, de 05.07.04)**

Dispõe sobre alterações nas condições dos financiamentos ao amparo de recursos administrados pelo BNDES — Finame Agrícola Especial.

**Resolução nº 3.219, de 30.06.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 127, de 05.07.04)**

Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Nas operações de financiamento à exportação de bens e serviços, bem como de programas de computador ("softwares") de que trata a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, o Tesouro Nacional pode conceder ao financiador ou ao refinanciador, conforme o caso, equalização suficiente para tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional.

AGRICULTURA

**Instrução Normativa nº 6, de 08.01.04
(Diário Oficial da União de 12.01.04)**

Aprova o regulamento técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal.

Portaria nº 11, de 26.01.04
(Diário Oficial da União de 29.01.04)

Exclui o Estado de Santa Catarina da obrigatoriedade de vacinação das fêmeas bovinas e bubalinas contra a brucelose.

Portaria nº 11, de 29.01.04
(Diário Oficial da União de 02.02.04)

Aprova os programas para o controle de resíduos em carne, leite e pescado para o exercício de 2004.

Instrução Normativa nº 13, de 10.02.04
(Diário Oficial da União de 17.02.04)

Aprova as normas para habilitação e credenciamento de entidades para a realização de análises de detecção qualitativa de Organismo Geneticamente Modificado (OGM) em soja por meio de "kits" imunocromatográficos.

Portaria nº 1, de 11.02.04
(Diário Oficial da União de 16.02.04)

Habilita os cultivares para a safra de trigo 2004/04.

Instrução Normativa nº 15, de 19.02.04
(Diário Oficial da União de 25.02.04)

Aprova o regulamento técnico para produção e controle de qualidade da vacina contra a brucelose e antígenos para diagnóstico da brucelose.

Instrução Normativa nº 18, de 27.02.04
(Diário Oficial da União de 23.03.04)

Estabelece as normas sobre os requisitos de qualidade para efeito de credenciamento e monitoramento de laboratório pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com vistas a proceder diagnósticos das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (EET) em ruminantes pela técnica de imunohistoquímica (IHQ), conforme disposto no Anexo I, bem como a aprovar os modelos de formulários para requisição e laudo de resultado de exames e registro de amostras, nas formas constantes dos Anexos II a IV desta Instrução.

Instrução Normativa nº 06, de 09.03.04
(Diário Oficial da União de 10.03.04)

Aprova as normas para a erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) a serem observadas em todo o território nacional, na forma do anexo à presente Instrução Normativa.

Instrução Normativa nº 07, de 17.03.04
(Diário Oficial da União de 18.03.04)

Proíbe a importação de ruminantes — seus produtos e subprodutos destinados a quaisquer fins — e de produtos para uso veterinário que contenham em sua composição insumos oriundos de ruminantes, quando originários ou procedentes de países que registraram casos autóctones de EEB e de outros países considerados de risco pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

Instrução Normativa nº 08, de 25.03.04
(Diário Oficial da União de 26.03.2004)

Proíbe, em todo o território nacional, a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.

Portaria nº 11, de 01.04.04
(Diário Oficial da União de 05.04.04)

Aprova o zoneamento agrícola para o trigo não irrigado, no Rio Grande do Sul, para a safra 2004.

Instrução Normativa nº 09, de 04.05.04
(Diário Oficial da União de 05.05.04)

Aprova o Sistema Brasileiro de Classificação de Carcaças de Bovinos em todo o território nacional e a classificação dos bovinos abatidos nos estabelecimentos sob o controle do Serviço de Inspeção Federal (SIF).